CREDENCIAMENTO 005/2026
ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

27. ÓRGÃO SOLICITANTE:

27.1. Fundo Municipal de Educação – FME de Santo Antônio da Barra/GO.

28. OBJETO:

28.1. Credenciamento de psicólogos, na forma paralela e não excludente, sem vínculo empregatício de qualquer natureza, para atuação no sistema de ensino no exercício de 2026, observados os valores constantes da tabela aprovada pela Secretaria de Educação, bem como as condições, exigências e especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e em seus Anexos.

29. JUSTIFICATIVA:

29.1. A presente demanda justifica-se pela necessidade de fortalecimento das ações de apoio psicossocial no âmbito da rede pública de ensino, considerando o aumento significativo de demandas emocionais, comportamentais e educacionais apresentadas pelos alunos, especialmente no contexto pós-pandêmico e diante dos desafios contemporâneos que impactam o processo de aprendizagem.

29.2. Nesse sentido, torna-se imprescindível o credenciamento de profissionais da área de Psicologia, na forma paralela e não excludente, sem vínculo empregatício de qualquer natureza, a fim de garantir atendimento contínuo, especializado e adequado às necessidades da comunidade escolar durante o exercício de 2026. A atuação desses profissionais visa contribuir diretamente para a melhoria do ambiente escolar, prevenindo situações de evasão, indisciplina, baixo rendimento e conflitos interpessoais.

29.3. A prestação de serviços em psicologia escolar compreenderá o atendimento e acompanhamento de alunos, a orientação a professores e responsáveis, a mediação de conflitos, a promoção de habilidades socioemocionais e o suporte técnico à equipe pedagógica, de modo a favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes e a construção de um ambiente educacional mais saudável, inclusivo e acolhedor.

29.4. Ressalta-se que a contratação observará os valores definidos em tabela previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Educação, bem como todas as condições, exigências e especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e em seus Anexos, assegurando transparência, isonomia e adequada execução dos serviços.

30. FUNDAMENTOS LEGAIS:

30.1. A contratação por credenciamento paralelo e não excludente para a prestação de serviços de Psicologia no município de Santo Antônio da Barra/GO está fundamentada em um conjunto de normas legais que garantem a legalidade, eficiência e transparência do processo de

contratação pública. A seguir, são apresentados os principais dispositivos que embasam juridicamente essa contratação:

Constituição Federal de 1988:

Art. 205: Estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, o que abrange o suporte psicossocial no ambiente escolar.

Art. 206: Define os princípios que regem o ensino, dentre os quais se destacam a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, evidenciando a necessidade de medidas complementares que assegurem o adequado acompanhamento dos estudantes.

Art. 211: Dispõe sobre a organização dos sistemas de ensino, atribuindo aos Municípios a responsabilidade pela oferta da educação básica, o que inclui a adoção de medidas administrativas para garantir a qualidade dos serviços educacionais.

Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA)

Art. 53, garante o direito à educação e ao atendimento adequado às necessidades dos estudantes, incluindo suporte psicossocial, como forma de assegurar seu pleno desenvolvimento.

Lei nº 13.935/2019

Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica, reforçando a obrigatoriedade da presença desses profissionais como suporte às práticas pedagógicas, à inclusão escolar e à promoção do desenvolvimento integral dos alunos.

Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)

Artigo 18, § 1º: Exige a elaboração de um Estudo Técnico Preliminar (ETP), contendo justificativa detalhada da contratação, estimativas de valor, viabilidade e impactos ambientais.

Artigo 25, inciso XV: Prevê a dispensa de licitação para credenciamento de prestadores de serviços, desde que respeitados os critérios de ampla publicidade e igualdade de condições.

Artigo 78: Reconhece o credenciamento como um procedimento auxiliar da licitação, possibilitando a contratação contínua e simplificada de prestadores.

Artigo 79: Determina que o credenciamento pode ocorrer de forma paralela e não excludente, permitindo a contratação simultânea de múltiplos prestadores para atendimento das necessidades da administração.

Esses fundamentos legais garantem que a contratação por credenciamento no município de Santo Antônio da Barra /GO esteja em conformidade com as normas vigentes, assegurando transparência, economicidade e eficiência na gestão da saúde pública.

31. VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO:

31.1. Este credenciamento terá vigência de 09 (nove) meses a contar da data de sua publicação.

32. VIGÊNCIA DOS CONTRATOS:

32.1. Os contratos decorrentes do presente Credenciamento poderão ter vigência até **31 de dezembro de 2026,** podendo ser prorrogados, por iguais e sucessivos períodos, desde que mantidas as condições de habilitação e à critério do Fundo Municipal de Educação de Santo Antônio da Barra/GO, observado o disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

33. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DESTE CREDENCIAMENTO E REQUISITOS MINIMOS DE QUALIFICAÇÃO:

33.1. Este credenciamento tem como objetivo a contratação de profissionais e empresas especializadas para a prestação de serviços de Psicólogo na rede de ensino municipal de Santo Antônio da Barra/GO.

33.2. Abaixo, são descritos os serviços objeto deste credenciamento, incluindo os requisitos mínimos de qualificação necessários para cada função:

FUNÇÃO	Requisitos/atribuições	CARGA HORÁRIA

PSICOLOGO	Graduação em Psicologia, com registro ativo no Conselho Regional de Psicologia (CRP) e habilitação legal para o exercício profissional, bem como disponibilidade para atuação no âmbito da rede municipal de ensino. O profissional será responsável pela prestação de serviços de Psicologia Escolar, realizando atendimentos individuais e/ou em grupo com alunos, escuta qualificada, acolhimento e acompanhamento psicossocial, além de desenvolver ações de promoção e prevenção voltadas à saúde mental no ambiente escolar. Deverá, ainda, prestar orientação a professores e responsáveis, apoiar as equipes pedagógicas, realizar mediação de conflitos, promover o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e, quando necessário, efetuar os devidos encaminhamentos. Compete também ao profissional participar de atividades educativas e institucionais, manter registros adequados dos atendimentos realizados e cumprir as normas técnicas, éticas e diretrizes estabelecidas pelos órgãos reguladores e pela Secretaria Municipal de Educação.	DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 16:00 horas.

33.3. Além das funções específicas descritas acima, os profissionais credenciados poderão executar outras atividades correlatas e inerentes à função, conforme necessidade do serviço e determinação da autoridade competente, desde que compatíveis com a formação profissional e os requisitos estabelecidos neste credenciamento.

34. ESTIMATIVA DO CUSTO MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS:

34.1. A tabela a seguir apresenta a estimativa por item do custo máximo, mensal e anual, da contratação dos serviços objeto deste Credenciamento:

LOTE	SEQUENCIA	PRODUTO	UNID	PERÍODO	ESPECIFICAÇÕES	ESPECIFICAÇÃO FREQUENCIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM PSICOLOGIA ESCOLAR, PARA ATENDER DEMANDAS EMOCIONAIS, COMPORTAMENTAIS E EDUCACIONAIS, INCLUINDO ACOMPANHAMENTO DE ALUNOS, ORIENTAÇÃO A PROFESSORES E RESPONSÁVEIS, MEDIAÇÃO DE CONFLITOS, PROMOÇÃO DE HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS E SUPORTE À EQUIPE PEDAGÓGICA, VISANDO UM AMBIENTE ESCOLAR SAUDÁVEL.	SV	9,00 (MESES)	DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 16:00 horas.	MENSAL	R$ 4.476,62	R$ 40.289,55
								R$ 40.289,55

35. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

35.1. A despesa com o objeto deste Credenciamento correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

	DOTAÇÃO	FICHA	FONTE	SUBELEMENTO
FUNDO	**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**	**XXX**	**XXX**	**X**

XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXX	X
XXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XXX	X

36. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

36.1. 10.1. Poderão participar deste Credenciamento todas as prestadoras de serviços, pessoas físicas ou jurídicas, que estiverem registradas nas entidades incumbidas da fiscalização do exercício profissional e que detenham habilitação comprovada para a prestação dos respectivos serviços de Educação objeto deste Credenciamento relacionadas no item 7. deste Termo de Referência.

36.2. As pessoas jurídicas interessadas em participar deste credenciamento deverão estar devidamente regularizadas perante os órgãos competentes, quando exigível, e atender às normas e procedimentos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação, especialmente no que se refere aos fluxos de atendimento, encaminhamentos internos e registros das atividades desenvolvidas no âmbito da rede municipal de ensino, garantindo a adequada prestação dos serviços de Psicologia Escolar.

36.3. Demais requisitos constantes neste Termo de Referência, anexo I do edital de Credenciamento 005/2026.

36.4. A participação neste Credenciamento importa ao proponente na irrestrita aceitação das

36.5. condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos.

37. IMPEDIMENTOS:

37.1. Não poderá participar deste Credenciamento a Pessoa Jurídica que:

37.1.1. Estiver em processo de insolvência ou dissolução.

37.1.2. Estiver em processo de falência ou concordata;

37.1.3. Estiver cumprindo penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração nos âmbitos Federal, Estadual ou Municipal;

37.1.4. Tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta Federal, Estadual ou Municipal; e

37.1.5. Que tenham sócios servidores públicos ou agentes políticos, nos termos do § 4º. do art. 26 da Lei Federal nº. 8.080/1990.

37.2. Não poderá participar deste Credenciamento a Pessoa Física que:

37.2.1. Tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

37.2.2. Profissionais cuja carga horária seja incompatível com o serviço a ser executado.

37.3. É vedada a participação de prestadoras em consórcio.

38. ACESSO, HABILITAÇÃO E SELEÇÃO NO CREDENCIAMENTO:

38.1. As interessadas poderão ter acesso ao Edital com seus modelos e anexos, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da barra/GO, a saber: https://www.santoantoniodabarra.go.gov.br/.

38.2. Será considerada habilitada para credenciar-se a pessoa física ou jurídica que apresentar os documentos exigidos e atender às condições determinadas por este Instrumento.

38.3. Serão selecionadas as prestadoras de serviços que atenderem a todas as exigências deste Termo de Referência, do Edital e seus anexos, após a realização da avaliação técnica.

39. DOCUMENTOS REFERENTES À HABILITAÇÃO:

39.1. A pessoa física interessada em habilitar-se neste Credenciamento deverá apresentar os seguintes documentos:

39.1.1. Requerimento de Credenciamento (pessoa física), devidamente preenchido, contendo a identificação da interessada, com nome completo, número do RG, número de inscrição no CPF, endereço de domicílio, número de telefone móvel e e-mail;

39.1.2. Cópia da carteira de identidade (RG);

39.1.3. Comprovante de inscrição no CPF;

39.1.4. Comprovante de inscrição no NIS, PIS ou PASEP;

39.1.5. Comprovante de endereço;

39.1.6. Comprovante de inscrição no competente Conselho Regional de Psicologia;

39.1.7. Cópia de Declaração ou de Certificado de Conclusão de Curso ou de Diploma de Graduação ou de Técnico, conforme o caso, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, quando exigível;

39.1.8. Laudo médico de exame de saúde ocupacional comprovando que a interessada está apta física e mentalmente para prestar o serviço (providenciado pela própria pessoa física);

39.1.9. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

39.1.10. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Fazenda Pública Estadual ou Distrital onde está domiciliada a pessoa física;

39.1.11. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Fazenda Pública Municipal ou Distrital onde está domiciliada a pessoa física;

39.1.12. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida pela Justiça do Trabalho;

39.1.13. *Curriculum Vitae*; e

39.1.14. Declaração constante no **Anexo IV**, declarando que:

39.1.14.1. Nunca sofreu qualquer penalidade no exercício da atividade;

39.1.14.2. Preenche na data da assinatura todas as condições exigidas neste Credenciamento;

39.1.14.3. Está de pleno acordo, em caráter irrevogável e irretratável, com todos os termos deste Credenciamento, sem restrições de qualquer natureza;

39.1.14.4. Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Administração Pública Municipal ou com agente público que desempenhe função neste Credenciamento ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

39.1.14.5. Não está impedido(a) de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;

39.1.14.6. Não foi declarado(a) inidôneo(a) para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;

39.1.14.7. Nos 05 (cinco) anos anteriores à publicação do Edital deste Credenciamento, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; e

39.1.14.8. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos de idade.

39.2. A pessoa jurídica interessada em habilitar-se neste Credenciamento deverá apresentar os seguintes documentos:

39.2.1. Requerimento de Credenciamento (pessoa jurídica), contendo a identificação da interessa, com razão social, número de inscrição no CNPJ, endereço de domicílio, nome completo, número do RG, número de inscrição no CPF, endereço de domicílio, número de telefone móvel e e-mail do representante legal da pessoa jurídica (modelo no Anexo II deste Edital);

39.2.2. Cópia do Ato Constitutivo, do Estatuto ou do Contrato Social e suas alterações em vigor ou do último Estatuto ou Contrato Social consolidado, devidamente registrado, cujo objeto social englobe o serviço de interesse neste credenciamento; ou

39.2.3. No caso de sociedade comercial, cópia dos documentos de eleição dos seus administradores, cujo objeto social englobe o serviço de interesse neste credenciamento; ou

39.2.4. No caso de sociedades simples, cópia da inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício, cujo objeto social englobe o serviço de interesse neste credenciamento; ou

39.2.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, cópia do Decreto de autorização, cujo objeto social englobe o serviço de interesse neste credenciamento;

39.2.6. Comprovante de inscrição no CNPJ;

39.2.7. Cópia da carteira de identidade (RG) do representante legal da pessoa jurídica;

39.2.8. Comprovante de inscrição no CPF do representante legal da pessoa jurídica;

39.2.9. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

39.2.10. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Fazenda Pública Estadual ou Distrital onde está domiciliada ou sediada a pessoa jurídica;

39.2.11. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Fazenda Pública Municipal ou Distrital onde está domiciliada ou sediada a pessoa jurídica;

39.2.12. Certificado de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

39.2.13. Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas expedida pela Justiça do Trabalho;

39.2.14. Comprovante de inscrição do(s) prestador(es) de serviço da pessoa jurídica no Conselho Regional de Psicologia ou cópia da Carteira Profissional, quando exigível;

39.2.15. Cópia de Declaração ou de Certificado de Conclusão de Curso ou de Diploma de Graduação ou de Técnico, conforme o caso, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC, do(s) prestador(es) de serviço da pessoa jurídica, quando exigível;

39.2.15.1. Laudo médico de exame de saúde ocupacional comprovando que o(s) prestador(es) de serviço da pessoa jurídica está(ão) apto(s) física e mentalmente para prestar o serviço (providenciado pela própria pessoa jurídica);

39.2.15.2. *Curriculum Vitae* do(s) prestador(es) de serviço da pessoa jurídica; e

39.2.15.3. Declaração constante no **Anexo V,** declarando que:

39.2.15.4. Nunca ter sofrido qualquer penalidade no exercício da atividade;

39.2.15.5. Preenche na data da assinatura todas as condições exigidas neste Credenciamento;

39.2.15.6. Está de pleno acordo, em caráter irrevogável e irretratável, com todos os termos deste Credenciamento, sem restrições de qualquer natureza;

39.2.15.7. Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Administração Pública Municipal ou com agente público que desempenhe função neste Credenciamento ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

39.2.15.8. Não está impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;

39.2.15.9. Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;

39.2.15.10. Nos 05 (cinco) anos anteriores à publicação do Edital deste Credenciamento, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

39.2.15.11. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos de idade; e

39.2.15.12. Não está em processo de insolvência, dissolução, falência ou concordata.

39.3. Serão consideradas inabilitadas as Proponentes que deixarem de apresentar a documentação completa e que não atenderem as condições previstas neste Termo de Referência.

40. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO PARA O CREDENCIAMENTO:

40.1. Serão habilitadas e credenciadas apenas as Proponentes que tenham preenchido todos os requisitos previstos neste Edital em seus anexos, inclusive quanto a entrega da documentação exigida.

40.2. A simples irregularidade formal, que não afete o conteúdo ou a idoneidade de um documento, não será causa de inabilitação.

40.3. A inabilitação será baseada no não cumprimento de exigências estabelecidas neste Termo de referência, no Edital e em seus anexos.

40.4. A inabilitação é específica para este Credenciamento e em nada afeta a Proponente em relação a futuros credenciamentos, não implicando, ainda, em juízo valorativo sobre sua idoneidade e capacidade profissional.

41. CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

41.1. Os profissionais credenciados deverão executar os serviços de Psicologia Escolar em conformidade com as normas técnicas e éticas da profissão, as diretrizes da política educacional e a legislação vigente, observando as orientações dos órgãos competentes e da Secretaria Municipal de Educação.

41.1.1. A prestação dos serviços deverá seguir critérios técnicos e metodológicos adequados ao contexto escolar, garantindo qualidade no atendimento aos estudantes da rede municipal de ensino, com foco no desenvolvimento emocional, comportamental e educacional.

41.2. Os credenciados deverão utilizar, quando solicitado pela Administração, sistemas eletrônicos ou instrumentos de registro indicados pela Secretaria Municipal de Educação, para acompanhamento, controle e registro das atividades desenvolvidas.

41.3. O Credenciante reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelas Credenciadas, podendo proceder o descredenciamento, em caso de

irregularidade ou má prestação, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa;

41.4. As Credenciadas deverão comunicar ao Credenciante a indisponibilidade ou a impossibilidade da prestação dos serviços contratados e o prazo para a regularização da situação, sob pena de seu descredenciamento, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas;

41.5. As Credenciadas apenas serão remuneradas pelos serviços autorizados e atestados pelo Credenciante e desde que tenham sido prestados de acordo com o previsto neste Termo de Referência, com as normas do Edital e do Contrato;

41.6. As Credenciadas deverão executar os serviços de acordo com o estabelecido neste Instrumento, no Edital e no Contrato, devendo manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Credenciamento, além daquelas pertinentes a legislação trabalhista, durante a execução do contrato, apresentando os comprovantes dos recolhimentos dos impostos e de encargos decorrentes periodicamente;

41.7. As Credenciadas deverão arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais;

41.8. As Credenciadas ficam obrigadas a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões de serviços, nos termos do art. 124 da Lei Federal nº. 14.133/2021;

41.9. Os usuários poderão denunciar qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços das Credenciadas;

41.10. Além de outras condutas vedadas neste Instrumento, no Edital e no Contrato, é expressamente vedado às prestadoras credenciadas, sob pena de imediata rescisão contratual, sujeição à Declaração de Inidoneidade e responsabilização Civil e Criminal, além das sanções previstas neste Instrumento, no Edital e no Contrato:

41.10.1. Cobrar qualquer valor de usuários, pacientes ou responsáveis, a qualquer título pela prestação dos serviços; e

41.10.2. Exigir que usuários, pacientes ou responsáveis assinem guias de encaminhamentos, faturas ou documentos dessa mesma natureza.

42. OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

42.1. **Obrigações do Credenciante/Contratante**:

42.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas do Contrato, o previsto no Edital e em lei;

42.1.2. Fiscalizar, de forma permanente, a prestação do serviço contratado, podendo proceder o descredenciamento da Contratada, em caso de irregularidade ou má prestação do serviço;

42.1.3. Receber o serviço contratado de acordo com este Contrato e as especificações previstas no Edital;

42.1.4. Notificar a Contratada de qualquer irregularidade encontrada na prestação do serviço contratado;

42.1.5. Empenhar os recursos orçamentários necessários ao pagamento dos serviços contratados; e

42.1.6. Remunerar a Contratada pela hora de serviço efetivamente prestado de acordo com o previsto no Contrato e no Edital, mediante atesto pelo fiscal do Contrato;

42.1.7. Efetuar o pagamento à Contratada pelo serviço objeto do Contrato no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contado da data do recebimento da nota fiscal/fatura correspondente, devidamente atestada pelo fiscal do Contrato.

42.2. **Obrigações da CONTRATADA**:

42.2.1. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante a vigência do Contrato;

42.2.2. Comunicar ao Contratante:

42.2.2.1. Toda e qualquer alteração de seus dados cadastrais para atualização; e

42.2.2.2. No prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, a indisponibilidade ou a impossibilidade da prestação do serviço contratado e o prazo para a regularização da situação, sob pena de seu descredenciamento.

42.2.3. Apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias legalmente exigidas;

42.2.4. Prestar o serviço contratado de acordo com:

42.2.4.1. O especificado no Contrato e no Edital, inclusive em relação à prazos e horários, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância do Contratante, sob pena das sanções previstas no Contrato, no Edital e em lei;

42.2.4.2. As normas internas funcionamento e de procedimento do Contratante;

42.2.4.3. Os mais altos padrões éticos, sujeitando-se as sanções previstas na legislação brasileira.

42.2.5. Acessar e alimentar os sistemas eletrônicos indicados pelo Contratante relacionados a prestação do serviço contratado;

42.2.6. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

42.2.7. Manter os canais de contato (telefone móvel e e-mail) disponíveis 24h/d (vinte e quatro horas por dia) e 07d/s (sete dias por semana) durante a vigência do Contrato;

42.2.8. Responder civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar ao Contratante e/ou terceiros, em decorrência de ação ou omissão de si mesmo, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pelo Contratante;

42.2.9. Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos relativos à prestação do serviço contratado, inclusive despesas com insumos, materiais, transportes, equipamentos, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão da avença;

42.2.10. Aceitar, nas mesmas condições previstas no Contrato e no Edital, os acréscimos ou as supressões dos serviços contratados, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021; e

42.2.11. Observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeita às sanções previstas na legislação brasileira.

43. PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

43.1. A Credenciada/Contratada deverá iniciar a prestação dos serviços em até 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do Contrato.

44. PAGAMENTO:

44.1. O pagamento do serviço contratado será realizado no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da data do recebimento da nota fiscal/fatura correspondente, devidamente atestada pelo fiscal do Contrato;

44.2. A nota fiscal/fatura deverá conter o endereço, o número de inscrição no CPF ou no CNPJ, o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da contratada, a descrição do serviço e quantidade de horas prestadas no respectivo período, o mês da prestação do serviço e o correspondente valor expresso em moeda nacional;

44.3. A contratada deverá juntar à nota fiscal/fatura as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigíveis na legislação de regência da matéria;

44.4. O contratante reserva-se o direito de aferir a nota fiscal/fatura e as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;

44.5. Ocorrendo a devolução da nota fiscal/fatura, o prazo para pagamento será reiniciado a partir da data de entrega da nova nota fiscal/fatura;

44.6. Constatada a situação de irregularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, essa deverá ser notificada para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa;

44.7. No caso de incorreção da nota fiscal/fatura ou de irregularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, o contratante não responderá por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação do pagamento correspondente.

45. GLOSA:

45.1. É reservado ao contratante glosar total ou parcialmente a Fatura/Nota Fiscal da contratada em virtude de cobranças indevidas ou quando esteja desacordo com as disposições contidas neste Edital, no Contrato e na legislação aplicável;

45.2. A contratada terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da glosa, para interpor recurso, no qual deverá fundamentar o motivo pelo qual não aceita a glosa;

45.3. O contratante decidirá o recurso interposto pela contratada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, em decisão fundamentada;

45.4. Julgado procedente o recurso de glosa, o contratante efetuará o pagamento;

45.5. Caso a contratada não apresente recurso de glosa dentro do prazo estipulado neste Edital, a Fatura/Nota Fiscal glosada será liquidada pelo contratante, não cabendo a contratada recurso posterior.

46. SANÇÕES:

46.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as penalidades previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021 e na legislação aplicável.

47. FISCALIZAÇÃO:

47.1. A fiscalização do cumprimento do Contrato será exercida por servidor público designado pela Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021.

48. DESCREDENCIAMENTO:

48.1. A qualquer momento, o credenciante poderá descredenciar a credenciada, que, por sua vez, poderá solicitar o seu descredenciamento junto ao credenciante.

49. PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES:

49.1. Todas as publicações e intimações, inclusive para fins de recurso, serão realizadas nos veículos oficiais de publicações da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Barra /GO, em especial no Portal Eletrônico da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da barra/GO, no endereço eletrônico https://www.santoantoniodabarra.go.gov.br/.

50. DISPOSIÇÕES GERAIS:

50.1. O Gestor do Fundo Municipal de Educação de Santo Antônio da Barra /GO, na defesa do interesse do serviço público e de acordo com a legislação vigente, reserva-se o direito de prorrogar, anular ou revogar, no todo, ou em parte, este Credenciamento, de ofício, por provocação, sempre que for verificada ilegalidade ou irregularidade, ou quando for conveniente à Administração Pública Municipal;

50.2. A anulação deste Credenciamento não gera obrigação de indenizar;

50.3. É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros da prestação do serviço contratado, sem a prévia concordância do contratante;

50.4. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a este Credenciamento poderão ser obtido pessoalmente, junto ao Gabinete do Gestor do Fundo Municipal de Educação de Santo Antônio da Barra /GO, localizado na Avenida Goiás, Qd.10, s/n, Residencial Sol Nascente - Santo Antônio da Barra, de segunda-feira à sexta-feira, exceto nos feriados e dias de

ponto facultativo, das 8h (oito horas) às 11h (onze horas) e das 13h (treze horas) às 17h (dezessete horas), por meio do telefone 64 3626-1147 ou do e-mail licitacao@sab.go.gov.br.

50.5. As pessoas físicas ou jurídicas que cumprirem todos os requisitos do previstos no Edital e seus anexos, tendo sido habilitadas, deverão assinar o contrato junto a Secretaria Municipal de Educação de Santo Antônio da Barra no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento do mesmo por e-mail ou de sua convocação para assinatura.

51. CASOS OMISSOS:

51.1. Os casos porventura omissos serão resolvidos pelo Gestor do Fundo Municipal de Educação de Santo Antônio da Barra /GO, com base na Lei Federal nº. 14.133/2021, e nas demais normas jurídicas e administrativas aplicáveis e nos princípios gerais do direito.

52. FORO:

52.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Verde/GO, para dirimir qualquer dúvida oriunda da aplicação deste Edital e execução dos Contratos decorrentes deste Credenciamento.

Santo Antônio da Barra /GO, 31 de março de 2026.

Marcos Paulo Chaves de Freitas
Secretário/Gestor do Fundo Municipal de Educação

CREDENCIAMENTO 005/2026
Anexo II – Modelo de Requerimento de Credenciamento (Pessoa Física)

Ao Fundo Municipal de Educação de Santo Antônio da Barra /GO,

Eu, _____, portador(a) do RG nº. _____, inscrito(a) no CPF sob o nº. _____, domiciliado(a) no(a), _____, CEP_____/___, nº. de telefone móvel (__) _____ e e-mail _____, **REQUEIRO** o credenciamento para prestação do serviço de _____, de até ____ horas por mês, conforme documentação anexa, junto ao Fundo Municipal de Educação de Santo Antônio da Barra /GO, com base nas informações contidas no Edital de Credenciamento nº. ____/2026.

TENHO CIÊNCIA que esse Requerimento poderá ser deferido ou indeferido, segundo a avaliação da Comissão de Credenciamento/Contratação.

SOLICITO que as intimações e comunicações sejam feitas pessoalmente, pelo nº. de telefone móvel ou pelo e-mail licitacao@sab.go.gov.br .

Nestes termos, peço e espero deferimento.

Santo Antônio da Barra /GO, de XXXXXXXX de 2026.

_____

Ass. Pessoa física

CREDENCIAMENTO 005/2026
Anexo III – Modelo de Requerimento de Credenciamento (Pessoa Jurídica)

Ao Fundo Municipal de Educação de Santo Antônio da Barra /GO,
_____ , inscrita no CNPJ sob o nº. _____, domiciliada no(a) _____ _____, _____/___, por seu(sua) representante legal, o(a) Senhor(a) _____, portador(a) do RG nº. _____, inscrito(a) no CPF sob o nº. _____, residente e domiciliado(a) na(o) _____, _____/___ nº. de telefone móvel (__) _____ e e-mail _____, REQUEREMOS o credenciamento para prestação do serviço de _____, a ser prestado por _____, portador(a) do RG nº. _____ e inscrito(a) no CPF sob o nº. _____, _____, conforme documentação anexa, junto ao Fundo Municipal de Educação de Santo Antônio da Barra /GO, com base nas informações contidas no Edital de Credenciamento nº. ____/2026.
TEMOS CIÊNCIA que esse Requerimento poderá ser deferido ou indeferido, segundo a avaliação da Comissão de Credenciamento/Contratação.
SOLICITAMOS que as intimações e comunicações sejam feitas pessoalmente, pelo nº. de telefone móvel ou pelo e-mail licitacao@sab.go.gov.br .
Nestes termos, pedimos e esperamos deferimento.

CREDENCIAMENTO 005/2026
Anexo IV – Modelo de Declaração (Pessoa Física)

Ao Fundo Municipal de Educação de Santo Antônio da Barra /GO,
Eu, _____, portador(a) do RG nº. _____, inscrito(a) no CPF sob o nº. _____, domiciliado(a) no(a), _____, CEP_____/___, nº. de telefone móvel (__) _____ e e-mail _____, para os devidos fins e sob as penas da lei, **DECLARO**:

(i) nunca ter sofrido qualquer penalidade no exercício da atividade;

(ii) preencher nesta data todas as condições exigidas no Edital de Credenciamento nº. XXX/2026;

(iii)estar de pleno acordo, em caráter irrevogável e irretratável, com todos os termos do Edital de Credenciamento nº. XXX/2026, sem restrições de qualquer natureza;

(iv) que **não** mantenho vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Administração Pública Municipal ou com agente público que desempenhe função no Credenciamento ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

(v) que **não** estou impedido(a) de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;

(vi) que **não** fui declarado(a) inidôneo(a) para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;

(vii) que, nos 05 (cinco) anos anteriores à publicação do Edital de Credenciamento nº. XXX/2026, **não** fui condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; e

(viii) que **não** emprego menor de dezoito em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Por ser verdade, firma a presente.

Santo Antônio da Barra, de XXXXXXXX de 2026.

Assinatura da Pessoa Física Requerente

CREDENCIAMENTO 005/2026
Anexo V – Modelo de Declaração (Pessoa Jurídica)

Ao Fundo Municipal de Educação de Santo Antônio da Barra /GO,
_____ , inscrita no CNPJ sob o nº. _____, domiciliada no(a) _____ CEP_____/___, por seu(sua) representante legal, o(a) Senhor(a) _____, portador(a) do RG nº. _____, inscrito(a) no CPF sob o nº. _____, residente e domiciliado(a) na(o) _____, _____/___ nº. de telefone móvel (__) _____ e e-mail _____, para os devidos fins e sob as penas da lei, **DECLARAMOS**:

(i) nunca termos sofrido qualquer penalidade no exercício da atividade;

(ii) preenchermos nesta data todas as condições exigidas no Edital de Credenciamento nº. XXX/2026;

(iii) estarmos de pleno acordo, em caráter irrevogável e irretratável, com todos os termos do Edital de Credenciamento nº. XXX/2026, sem restrições de qualquer natureza;

(iv) que **não** mantemos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Administração Pública Municipal ou com agente público que desempenhe função no Credenciamento ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

(v) que **não** estamos impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;

(vi) que **não** fomos declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;

(vii) que, nos 05 (cinco) anos anteriores à publicação do Edital de Credenciamento nº. XXX/2026, **não** fomos condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

(viii) que **não** empregamos menor de dezoito em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; e

(ix) que **não** estamos em processo de insolvência, dissolução, falência ou concordata.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Santo Antônio da Barra, XX de XXXXXX de 2026.

Assinatura do(a) Representante Legal da Pessoa Jurídica Requerente

CREDENCIAMENTO 005/2026
Anexo VI – Minuta de Contrato (Pessoa Física)
CONTRATO Nº XX/2026

Contrato administrativo de prestação de serviço na área de Psicologia, que firmam o Fundo Municipal de Educação de Santo Antônio da Barra /GO e_____, inscrito(a) no CPF sob o nº. _____.

O **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA/GO**, unidade gestora dos recursos da Educação do Município de Santo Antônio da Barra /GO, inscrito no CNPJ sob o nº. xxxxxxxxxxxxxx, com sede administrativa na Avenida Goiás, Qd.10, s/n, Residencial Sol Nascente-Santo Antônio da Barra /GO, neste ato representado por seu Gestor, Sr. **Marcos Paulo Chaves de Freitas**, matrícula xxxxxxxxx, inscrita no CPF sob o nº. xxxxxxxxxxx, doravante designado **CONTRATANTE**; e _____ inscrito(a) no CPF sob o nº. _____- __, CRM nº. _____, residente e domiciliado(a) à _____ _____, em _____/___, CEP _____-___, doravante designado(a) **CONTRATADO(A)**, em observância as disposições contidas no inciso I do art. 79 da Lei Federal nº. 14.133/2021, no art. 34 do Decreto nº. 004/2022 e no estabelecido no Edital de Credenciamento nº. XX/2026, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº. XXX/2026, **resolvem** celebrar o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviço de _____, item ____ do Edital de Credenciamento nº. XXX/2026, junto ao Fundo Municipal de Educação de Santo Antônio da Barra /GO, conforme especificação e condições estabelecidas neste Instrumento, disponibilizando atendimento de até ____ (_____) horas mensais, pelo valor de R$ _____ (_____) por hora, sob demanda e supervisão da Secretaria Municipal de Educação de Santo Antônio da Barra /GO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

§ 1º. São obrigações do **CONTRATANTE**:

I – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) **CONTRATADO(A)**, de acordo com as cláusulas deste Contrato, o previsto no Edital e em lei;

II – Fiscalizar, de forma permanente, a prestação do serviço contratado, podendo proceder o descredenciamento do(a) **CONTRATADO(A)**, em caso de irregularidade ou má prestação do serviço;

III – Receber o serviço contratado de acordo com este Contrato e as especificações previstas no Edital;

IV – Notificar o(a) **CONTRATADO(A)** de qualquer irregularidade encontrada na prestação do serviço contratado;

V – Empenhar os recursos orçamentários necessários ao pagamento dos serviços contratados;

VI – Remunerar o(a) CONTRATADO(A) pela hora de serviço efetivamente prestado DE acordo com o previsto neste Contrato e no Edital, mediante atesto pelo fiscal do Contrato; e

VII – Efetuar o pagamento ao(à) **CONTRATADO(A)** pelo serviço objeto deste Contrato no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contado da data do recebimento da nota fiscal/fatura correspondente, devidamente atestada pelo fiscal do Contrato.

§ 2º. São obrigações do(a) **CONTRATADO(A)**:

I – Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante a vigência do Contrato;

II – Comunicar ao **CONTRATANTE**:

a) Toda e qualquer alteração de seus dados cadastrais para atualização; e

b) No prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, a indisponibilidade ou a impossibilidade da prestação do serviço contratado e o prazo para a regularização da situação, sob pena de seu descredenciamento.

III – Apresentar, sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, comprovação de cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias legalmente exigidas;

IV – Prestar o serviço contratado de acordo com:

a) o especificado neste Contrato e no Edital, inclusive em relação à prazos e horários, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância do **CONTRATANTE**, sob pena das sanções previstas neste Contrato, no Edital e em lei;

b) as normas internas funcionamento e de procedimento do **CONTRATANTE**;

c) os mais altos padrões éticos, sujeitando-se as sanções previstas na legislação brasileira.

V – Acessar e alimentar os sistemas eletrônicos indicados pelo **CONTRATANTE** relacionados a prestação do serviço contratado;

VI – Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;

VII – Manter os canais de contato (telefone móvel e e-mail) disponíveis 24h/d (vinte e quatro horas por dia) e 07d/s (sete dias por semana) durante a vigência do Contrato;

VIII – Responder civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar ao **CONTRATANTE** e/ou terceiros, em decorrência de ação ou omissão de si mesmo, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pelo **CONTRATANTE**;

IX – Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos relativos à prestação do serviço contratado, inclusive despesas com insumos, materiais, transportes, equipamentos, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão da avença; e

X – Aceitar, nas mesmas condições previstas neste Contrato e no Edital, os acréscimos ou as supressões dos serviços contratados, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA.

O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração Pública Municipal, desde que observado o disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO.

O **CONTRATANTE** pagará ao(à) **CONTRATADO(A)**, por mês, o valor correspondente à hora do serviço contratado, em reais, multiplicados pela quantidade horas de serviço efetivamente prestadas, aferidas e atestadas, no mês.

§ 1º. O pagamento será efetuado em parcela única, mediante a apresentação de Fatura/Nota Fiscal, que deverá conter o endereço, o número de inscrição no CPF, o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente do(a) **CONTRATADO(A)**, a descrição do serviço e quantidade de horas prestadas no respectivo período, o mês da prestação do serviço e o correspondente valor expresso em moeda nacional, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato designado pelo **CONTRATANTE**, após verificação da quantidade, qualidade e adequação do serviço prestado.
§ 2º. O pagamento será efetuado ao(à) **CONTRATADO(A)**, por meio de Ordem Bancária, emitida no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, compreendida nesse período a fase de ateste da mesma, sendo que a Administração Pública Municipal só é considerada inadimplente após 90 (noventa) dias de atraso no pagamento, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021.
§ 3º. Para execução do pagamento de que trata esta CLÁUSULA, o(a) **CONTRATADO(A)** deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o **CONTRATANTE**, ou seja, o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA/GO**, inscrito no CNPJ sob o nº. xxxxxxxxxxxxxx.
§ 4º. A emissão da Ordem Bancária será efetuada somente após a Nota Fiscal/Fatura ser conferida, aceita e atestada pelo fiscal do contrato e ter sido verificada a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária do(a) **CONTRATADO(A)**.
§ 5º. Constatada a situação de irregularidade do(a) **CONTRATADO(A)**, esse(a) será notificado(a), para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa.
§ 6º. O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o parágrafo anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.
§ 7º. Transcorridos esses prazos e caso persista a irregularidade, o pagamento ficará suspenso até que o(a) **CONTRATADO(A)** regularize a situação impeditiva.
§ 8º. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, esses serão restituídos ao(à) **CONTRATADO(A)** para as correções solicitadas, não respondendo o **CONTRATANTE** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação da Nota Fiscal/Fatura.
§ 9º. O **CONTRATANTE**, ao seu critério, poderá utilizar os créditos existentes em favor do(a) **CONTRATADO(A)** para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências e/ou outras de responsabilidade do(a) **CONTRATADO(A)**.

CLÁUSULA QUINTA – DA GLOSA.

É reservado ao **CONTRATANTE** glosar total ou parcialmente a Fatura/Nota Fiscal do(a) **CONTRATADO(A)** em virtude de cobranças indevidas ou quando esteja desacordo com as disposições contidas neste Contrato, no Edital e na legislação aplicável.
§ 1º. O(A) **CONTRATADO(A)** terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da glosa, para interpor recurso, no qual deverá fundamentar o motivo pelo qual não aceita a glosa.
§ 2º. O **CONTRATANTE** decidirá o recurso interposto pelo(a) **CONTRATADO(A)** no prazo de até 10 (dez) dias úteis, em decisão fundamentada.
§ 3º. Julgado procedente o recurso de glosa, o **CONTRATANTE** efetuará o pagamento.
§ 4º. Caso o(a) **CONTRATADO(A)** não apresente recurso de glosa dentro do prazo estipulado neste Contrato, a Fatura/Nota Fiscal glosada será liquidada pelo **CONTRATANTE**, não cabendo ao(à) **CONTRATADO(A)** recurso posterior.

§ 5º. O **CONTRATANTE** não se responsabiliza pelo atraso na liquidação de Fatura/Nota Fiscal decorrente dos descumprimentos de prazos pelo(a) **CONTRATADO(A)**.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE.
O presente Contrato somente será reajustado caso ocorra aprovação de nova tabela de preços pelo Conselho Municipal de educação de Santo Antônio da Barra /GO.
Parágrafo único. Eventual reajuste deverá ser formalizado mediante a celebração de Termo Aditivo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.
O serviço contratado deverá ser prestado no Município de Santo Antônio da Barra /GO, em local designado pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO.
A fiscalização deste Contrato será exercida por servidor público designado pela Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO.
Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, o **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao(à) **CONTRATADO(A)** as penalidades previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO.
O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo **CONTRATANTE**, a qualquer momento, bastando para tanta simples comunicação por escrito ao(à)

CONTRATADO(A).
Parágrafo único. No caso de rescisão amigável, fica assegurado ao(à) **CONTRATADO(A)** o direito de exigir a continuidade do contrato durante o período de até 10 (dez) dias corridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.
O(A) **CONTRATADO(A)** concorda com todas as condições estipuladas neste Contrato e no Edital de Chamamento nº. ___/2026.
§ 1º. A inexatidão de informações, declarações falsas ou irregulares em quaisquer documentos apresentados pelo(a) **CONTRATADO(A)**, ainda que verificada posteriormente, será causa de rescisão deste Contrato, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.
§ 2º. Fica vedado ao(à) **CONTRATADO(A)** cobrar qualquer valor ou exigir a assinatura de guias de encaminhamentos, faturas ou de documentos dessa natureza dos usuários/pacientes ou de seus responsáveis, sob pena de rescisão deste Contrato, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO.
Fica eleito o Foro da Comarca de Sancrerlândia /GO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as lides porventura instaladas.

E, por estarem justos e acertados, assinam o **CONTRATANTE** e o(a) **CONTRATADO(A)** o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas.

Santo Antônio da Barra, XX de XXXXX de 2026.

_____	_____
CONTRATANTE	**CONTRATADO(A)**
Marcos Paulo Chaves de Freitas	Nome do(a) Contratado(a)
Secretário/Gestor do Fundo Municipal de Educação	CPF nº._____-___
_____	_____
TESTEMUNHA 1	TESTEMUNHA 2
CPF nº. _____-___	CPF nº. _____-___

CREDENCIAMENTO 005/2026
Anexo VII – Minuta se Contrato (Pessoa Jurídica)
CONTRATO Nº XX/2026

Contrato administrativo de prestação de serviço na área de Psicologia, que firmam o Fundo Municipal de Educação de Santo Antônio da Barra /GO e a empresa_____, inscrito(a) no CNPJ sob o nº. _____.

O **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA/GO**, unidade gestora dos recursos da Educação do Município de Santo Antônio da Barra /GO, inscrito no CNPJ sob o nº. xxxxxxxxxxxxx, com sede administrativa na Avenida Goiás, Qd.10, s/n, Residencial Sol Nascente-Santo Antônio da Barra /GO, neste ato representado por seu Gestor, Sr. **Marcos Paulo Chaves de Freitas**, matrícula xxxxx, inscrita no CPF sob o nº. XXXXXXXX, doravante designado **CONTRATANTE**; e _____ inscrita no CNPJ sob o nº. _____- __, domiciliada à _____ _____, em _____/___, CEP _____-___, neste ato representada por seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, inscrito(a) no CPF sob o nº. _____-__, doravante designada **CONTRATADA**; em observância as disposições contidas no inciso I do art. 79 da Lei Federal nº. 14.133/2021, no art. 34 do Decreto nº. 004/2022 e no estabelecido no Edital de Credenciamento nº. XXX/2026, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº. XXX/2026, **resolvem** celebrar o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.
Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviço de _____, item __ do Edital de Credenciamento nº. XXX/2026, a ser prestado por _____ _____, inscrito(a) no CPF sob o nº. _____- __, CRM nº. _____, junto ao Fundo Municipal de Educação de Santo Antônio da Barra de Goiás /GO, conforme especificação e condições estabelecidas neste Instrumento, disponibilizando atendimento de até ____ (_____) horas mensais, pelo valor de R$ _____ (_____) por hora, sob demanda e supervisão da Secretaria Municipal de Educação de Santo Antônio da Barra /GO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.
§ 1º. São obrigações do **CONTRATANTE**:
I – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas deste Contrato, o previsto no Edital e em lei;
II – Fiscalizar, de forma permanente, a prestação do serviço contratado, podendo proceder o descredenciamento da **CONTRATADA**, em caso de irregularidade ou má prestação do serviço;
III – Receber o serviço contratado de acordo com este Contrato e as especificações previstas no Edital;
IV – Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade encontrada na prestação do serviço contratado;

V – Empenhar os recursos orçamentários necessários ao pagamento dos serviços contratados; e
VI – Remunerar a **CONTRATADA** pela hora de serviço efetivamente prestado de acordo com o previsto neste Contrato e no Edital, mediante atesto pelo fiscal do Contrato;
VII – Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** pelo serviço objeto deste Contrato no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contado da data do recebimento da nota fiscal/fatura correspondente, devidamente atestada pelo fiscal do Contrato.
§ 2º. São obrigações da **CONTRATADA**:
I – Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante a vigência do Contrato;
II – Comunicar ao **CONTRATANTE**:
a) Toda e qualquer alteração de seus dados cadastrais para atualização; e
b) No prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, a indisponibilidade ou a impossibilidade da prestação do serviço contratado e o prazo para a regularização da situação, sob pena de seu descredenciamento.
III – Apresentar, sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, comprovação de cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias legalmente exigidas;
IV – Prestar o serviço contratado de acordo com:
a) o especificado neste Contrato e no Edital, inclusive em relação à prazos e horários, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância do **CONTRATANTE**, sob pena das sanções previstas neste Contrato, no Edital e em lei;
b) as normas internas funcionamento e de procedimento do **CONTRATANTE**;
c) os mais altos padrões éticos, sujeitando-se as sanções previstas na legislação brasileira.
V – Acessar e alimentar os sistemas eletrônicos indicados pelo **CONTRATANTE** relacionados a prestação do serviço contratado;
VI – Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
VII – Manter os canais de contato (telefone móvel e e-mail) disponíveis 24h/d (vinte e quatro horas por dia) e 07d/s (sete dias por semana) durante a vigência do Contrato;
VIII – Responder civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar ao **CONTRATANTE** e/ou terceiros, em decorrência de ação ou omissão de si mesmo, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pelo **CONTRATANTE**;
IX – Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos relativos à prestação do serviço contratado, inclusive despesas com insumos, materiais, transportes, equipamentos, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão da avença; e
X – Aceitar, nas mesmas condições previstas neste Contrato e no Edital, os acréscimos ou as supressões dos serviços contratados, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA.
O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração Pública Municipal, desde que observado o disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO.

O **CONTRATANTE** pagará ao(à) **CONTRATADO(A)**, por mês, o valor correspondente à hora do serviço contratado, em reais, multiplicados pela quantidade horas de serviço efetivamente prestadas, aferidas e atestadas, no mês.

§ 1º. O pagamento será efetuado em parcela única, mediante a apresentação de Fatura/Nota Fiscal, que deverá conter o endereço, o número de inscrição no CNPJ, o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da **CONTRATADA**, a descrição do serviço e quantidade de horas prestadas no respectivo período, o mês da prestação do serviço e o correspondente valor expresso em moeda nacional, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato designado pelo **CONTRATANTE**, após verificação da quantidade, qualidade e adequação do serviço prestado.

§ 2º. O pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, por meio de Ordem Bancária, emitida no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, compreendida nesse período a fase de ateste da mesma, sendo que a Administração Pública Municipal só é considerada inadimplente após 90 (noventa) dias de atraso no pagamento, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021.

§ 3º. Para execução do pagamento de que trata esta CLÁUSULA, a **CONTRATADA** deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o **CONTRATANTE**, ou seja, o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA/GO**, inscrito no CNPJ sob o nº. XXXXXXXXXXXXXXXXX.

§ 4º. A emissão da Ordem Bancária será efetuada somente após a Nota Fiscal/Fatura ser conferida, aceita e atestada pelo fiscal do contrato e ter sido verificada a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da **CONTRATADA**.

§ 5º. Constatada a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, essa será notificada, para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa.

§ 6º. O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o parágrafo anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

§ 7º. Transcorridos esses prazos e caso persista a irregularidade, o pagamento ficará suspenso até que a **CONTRATADA** regularize a situação impeditiva.

§ 8º. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, esses serão restituídos à **CONTRATADA** para as correções solicitadas, não respondendo o **CONTRATANTE** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação da Nota Fiscal/Fatura.

§ 9º. O **CONTRATANTE**, ao seu critério, poderá utilizar os créditos existentes em favor da **CONTRATADA** para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências e/ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA – DA GLOSA.

É reservado ao **CONTRATANTE** glosar total ou parcialmente a Fatura/Nota Fiscal da **CONTRATADA** em virtude de cobranças indevidas ou quando esteja desacordo com as disposições contidas no Contrato, no Edital e na legislação aplicável.

§ 1º. A **CONTRATADA** terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da glosa, para interpor recurso, no qual deverá fundamentar o motivo pelo qual não aceita a glosa.

§ 2º. O **CONTRATANTE** decidirá o recurso interposto pela **CONTRATADA** no prazo de até 10 (dez) dias úteis, em decisão fundamentada.

§ 3º. Julgado procedente o recurso de glosa, o **CONTRATANTE** efetuará o pagamento.

§ 4º. Caso a **CONTRATADA** não apresente recurso de glosa dentro do prazo estipulado neste Contrato, a Fatura/Nota Fiscal glosada será liquidada pelo **CONTRATANTE**, não cabendo a **CONTRATADA** recurso posterior.
§ 5º. O **CONTRATANTE** não se responsabiliza pelo atraso na liquidação de Fatura/Nota Fiscal decorrente dos descumprimentos de prazos pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE.
O presente Contrato somente será reajustado caso ocorra aprovação de nova tabela de preços pelo Conselho Municipal de Educação de Santo Antônio da Barra /GO.
Parágrafo único. Eventual reajuste deverá ser formalizado mediante a celebração de Termo Aditivo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.
O serviço contratado deverá ser prestado no Município de Santo Antônio da Barra /GO, em local designado pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO.
A fiscalização deste Contrato será exercida por servidor público designado pela Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO.
Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, o **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as penalidades previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO.
O presente Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo **CONTRATANTE**, a qualquer momento, bastando para tanto simples comunicação por escrito à **CONTRATADA**.
Parágrafo único. No caso de rescisão amigável, fica assegurado à **CONTRATADA** o direito de exigir a continuidade do Contrato durante o período de até 10 (dez) dias corridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.
O(A) **CONTRATADO(A)** concorda com todas as condições estipuladas neste Contrato e no Edital de Chamamento nº. ___/2026.
§ 1º. A inexatidão de informações, declarações falsas ou irregulares em quaisquer documentos apresentados pela **CONTRATADA**, ainda que verificada posteriormente, será causa de rescisão deste Contrato, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.
§ 2º. Fica vedado à **CONTRATADA** cobrar qualquer valor ou exigir a assinatura de guias de encaminhamentos, faturas ou de documentos dessa natureza dos usuários/pacientes ou de seus responsáveis, sob pena de rescisão deste Contrato, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO.
Fica eleito o Foro da Comarca de Sancrerlândia /GO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as lides porventura instaladas.

E, por estarem justos e acertados, assinam o **CONTRATANTE** e o(a) **CONTRATADO(A)** o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas.

Santo Antônio da Barra /GO, ___ de _____ de 2026.

_____

CONTRATANTE
Marcos Paulo Chaves de Freitas
Secretário/Gestor do Fundo Municipal de Educação

_____

CONTRATADA
Nome da Contratada
_____
Nome do(a) Representante Legal da Contratada
CPF nº._____-___

_____
TESTEMUNHA 1
CPF nº. _____-___

_____
TESTEMUNHA 2
CPF nº. _____-___

PARECER JURÍDICO

Credenciamento nº 005/2026.

Credenciamento de psicólogos, na forma paralela e não excludente, sem vínculo empregatício de qualquer natureza, para atuação no sistema de ensino no exercício de 2026, observados os valores constantes da tabela aprovada pela Secretaria de Educação, bem como as condições, exigências e especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e em seus Anexos. A contratação será realizada com base nos Incentivos Financeiros Federais, Estaduais e Municipais, respeitando a legislação vigente e garantindo transparência, impessoalidade e economicidade, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, na Lei Federal nº 13.935/2019 e na Instrução Normativa nº 10/2024 do TCMGO.

Trata-se de processo administrativo de credenciamento, na forma de procedimento auxiliar e sem caráter de exclusividade, destinado à habilitação de pessoas físicas e/ou jurídicas devidamente qualificadas para a prestação de serviços de Psicologia Escolar no âmbito da rede municipal de ensino. A contratação ocorrerá conforme a demanda da Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de assegurar atendimento adequado às necessidades emocionais, comportamentais e educacionais dos alunos, garantindo qualidade nos serviços prestados e eficiência no suporte às atividades pedagógicas.

O processo administrativo referente ao Edital de Credenciamento nº 005/2026, foi instruído, nos termos da Lei 14.133/2021, com os seguintes documentos de maior relevância:

a) Documento de Formalização de demanda;

b) Estudo Técnico preliminar;

c) Termo de Referência;

d) Edital e seus anexos;

É o breve relato. Passa-se à fundamentação.

1. ÂMBITO DE ANÁLISE DESTE PARECER.

A presente manifestação jurídica tem por finalidade assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos de minutas de contratos ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados.

Preliminarmente, salienta-se que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, incumbe, a este ASJUR, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e da oportunidade dos atos praticados no âmbito desta municipalidade, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Nossa análise cinge-se na avaliação da legalidade e aprovação da minuta do Edital do Chamamento Público para Credenciamento n° 005/2026 e documentos anexos.

2. FUNDAMENTAÇÃO

De início, é importante entendermos o conceito do credenciamento com base na Lei 14.133/21, o qual está posto no Art. 6º, XLIII.

> XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;

Importante consignar que a Lei 14.133/21 não considera o credenciamento como uma modalidade de licitação, mas tal hipótese como um dos procedimentos auxiliares previstos no seu Art. 78, I.

O Art. 79 da Lei 14.133/21, apresenta as possibilidades de aplicação do credenciamento, vejamos:

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

IV - na hipótese do inciso III do caput deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;

V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração; VI - será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital.

Nesse sentido, a Administração busca realizar Chamamento Público para o credenciamento, na forma paralela e não excludente, de pessoas físicas e/ou jurídicas devidamente habilitadas e qualificadas para a prestação de serviços de Psicologia Escolar, visando o atendimento às demandas da rede municipal de ensino. A contratação ocorrerá conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de garantir a qualidade do atendimento aos alunos, o suporte às equipes pedagógicas e a eficiência na execução das ações educacionais, bem como os Incentivos Financeiros (Federais, Estaduais e Municipais).

Tal contratação se amolda de forma perfeita ao inciso I do Art. 79, tendo em vista trata-se se contratação paralela e não excludente, ou seja, todas as empresas e profissionais credenciados vão ser contratados, havendo contratações simultâneas e não excludentes.

Vejamos alhures o que a novíssima doutrina apresenta acerca da temática do credenciamento nos termos da Lei 14.133/21.

Para Rodrigo Bordalo Rodrigues, em sua obra intitulada Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, apresenta o credenciamento da seguinte forma:

> A Lei n. 14.133/2021 define o credenciamento da seguinte forma: "processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados."

Outrossim, a nova lei dispõe sobre as situações que autorizam o manuseio do credenciamento. A primeira diz respeito à hipótese clássica, atinente à contratação "paralela e não excludente", ou seja, a Administração realiza contratações simultâneas, em condições padronizadas, desde que haja viabilidade e vantajosidade. A segunda refere-se à "seleção a critérios de terceiros", em que a seleção do contratado fica a cargo do beneficiário direto da prestação. Já a terceira detém relação com os "mercados fluidos": situação em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção do agente por meio de processo de licitação.

Sobre a hipótese de credenciamento, o Professor Alexandre Mazza3, em seu livro cita da seguinte forma:

O credenciamento é o processo administrativo de chamamento de interessados em prestar serviços ou fornecer bens para a Administração. Todavia, no credenciamento não há disputa, já que todos os interessados, preenchendo os requisitos previstos no ato de convocação, podem ser chamados a executar o objeto (art. 6º, XLIII). Ao contrário dos ritos competitivos, serão credenciados diversos fornecedores a fim de que, surgindo a necessidade, sejam chamados para a prestação.

Por óbvio, devem ser respeitados critérios objetivos e que sempre estejam alinhados com os princípios constitucionais que regem a administração pública, em especial os do Art. 37, caput da Constituição Federal.

3. DOS REQUISITOS LEGAIS

Ao analisar os autos do presente processo administrativo, é possível verificar que os requisitos legais foram preenchidos, sendo possível verificar a existência nos autos do Documento de Formalização de Demanda, do Estudo Técnico Preliminar bem como do Termo de Referência, documentos esses que são obrigatórios para o presente caso.

Quanto a formação dos preços, é possível verificar que os preços são os praticados na região, conforme pesquisa realizada em outros municípios cujo o objeto de contratação é semelhante ao deste procedimento, bem como aprovado pelo conselho Municipal de Saúde.

4. CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, com base na Lei 14.133/21, essa assessoria jurídica manifesta-se de forma favorável a continuidade do presente processo administrativo de contratação, devendo ser encaminhada para publicação do edital.

Santo Antônio da Barra, Goiás, 02 de abril de 2026.

João Paulo da Silveira Sousa

OAB nº 64.905

CREDENCIAMENTO Nº 005/2026

DESPACHO

"Determina a divulgação do edital de CREDENCIAMENTO DE PSICÓLOGOS, NA FORMA PARALELA E NÃO EXCLUDENTE, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO DE QUALQUER NATUREZA, PARA ATUAÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO NO EXERCÍCIO DE 2026, OBSERVADOS OS VALORES CONSTANTES DA TABELA APROVADA PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, BEM COMO AS CONDIÇÕES, EXIGÊNCIAS E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

O GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas,

CONSIDERANDO o processo de credenciamento de psicólogos, na forma paralela e não excludente, sem vínculo empregatício de qualquer natureza, para atuação no sistema de ensino no exercício de 2026, observados os valores constantes da tabela aprovada pela Secretaria de Educação, bem como as condições, exigências e especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e em seus Anexos, onde a contratação será realizada com base nos Incentivos Financeiros Federais, Estaduais e Municipais, respeitando a legislação vigente e garantindo transparência, impessoalidade e economicidade, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, na Lei Federal nº 13.935/2019 e na Instrução Normativa nº 10/2024 do TCMGO.

CONSIDERANDO a solicitação, o parecer jurídico e a justificativa contida no Termo de Referência, bem como as nuanças do caso em questão.

RESOLVO:

I - **DETERMINAR** a divulgação do edital de credenciamento de psicólogos, na forma paralela e não excludente, sem vínculo empregatício de qualquer natureza, para atuação no sistema de ensino no exercício de 2026, observados os valores constantes da tabela aprovada pela Secretaria de Educação, bem como as condições, exigências e especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e em seus Anexos, cuja a contratação será realizada com base nos Incentivos Financeiros Federais, Estaduais e Municipais, respeitando a legislação vigente e garantindo transparência, impessoalidade e economicidade, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, na Lei Federal nº 13.935/2019 e na Instrução Normativa nº 10/2024 do TCMGO, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

Santo Antônio da Barra, Goiás, 06 de abril de 2026

Marcos Paulo Chaves de Freitas

Secretário/Gestor do Fundo Municipal de Educação

MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA, GOIÁS
AVISO DE CREDENCIMENTO EDITAL n° 005/2026

O Fundo Municipal de Educação de Santo Antônio da Barra torna público que realizará o Credenciamento nº 005/2026, destinado ao credenciamento de psicólogos, na forma paralela e não excludente, sem vínculo empregatício de qualquer natureza, para atuação no sistema de ensino no exercício de 2026, observados os valores constantes da tabela aprovada pela Secretaria de Educação, bem como as condições, exigências e especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e em seus Anexos. Informações: http://www.santoantoniodabarra.go.gov.br; e-mail licitacao@sab.go.gov.br; Telefone: (64) 3626-1147. Santo Antônio da Barra - GO, 13 de abril de 2026.

ANA CLARA MENEZES SILVA
Pregoeira.